



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
**Licenciatura em Ciência Política**

**Os Constrangimentos ao Acesso e Controlo de Terra pelas Mulheres Rurais em  
Moçambique: Caso do distrito de Marracuene, Comunidade de Nhongonhane  
(2011-2014)**

**Autor:**

Lázaro André Cossa

**Supervisor:** Boaventura Monjane

**Maputo, Outubro de 2017**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

### **Júri**

Presidente\_\_\_\_\_

Supervisor\_\_\_\_\_

Oponente\_\_\_\_\_

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau académico e ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Maputo, \_\_\_\_\_ de 2017

O Licenciando

---

(Lázaro André Cossa)

Maputo, Outubro de 2017

## **EPÍGRAFE**

*"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize."*

Boaventura de Sousa Santos

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus pais:*

***André Lázaro Cossa*** (já falecido), **e *Júlia Tomás Nduda***

*Pelo amor e educação que me proporcionaram ao longo dos meus anos de vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela criação do Universo.

Ao professor Boaventura Monjane pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Em seguida, com muito carinho e amor agradecer aos meus pais André Lázaro Cossa e Júlia Tomás Nduda por aquilo que sou hoje; às minhas irmãs Irene e Edna que mesmo distantes mantiveram-se presentes com palavras e muita força, aos meus primos Cláudia e PE. José Jonasse que me apoiaram bastante e de diversas maneiras nos meus quatros anos de licenciatura, a minha namorada Artícia que me deu muito apoio na efetivação deste trabalho, em geral agradeço toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Isabel Maria Casimiro e Terezinha da Silva pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade. A todos os professores do curso de Ciência Política e Administração Pública, que foram tão importantes na minha vida académica pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos, no desenvolvimento desta monografia.

Aos amigos da vida académica e como sempre nos apelidamos (a trio) Miguel Vasco Osório Lonicêncio Pio da Silva o meu muito obrigado por tudo, foi muita coisa que a gente passou desde o início do curso até então, pelo incentivo e pelo apoio constante, aos colegas de turma de Ciência Política 2012, Belisário Cadmo, Collen Chaca, Jecen Ngulele, Ivan Sacate, Samamad Samamad, Edmilson Nhambe, Delito Quentino, Avineldio Guambe (já falecido) e as colegas claro, Gessica, Roda, Withney, Usna, Fisoldina, Cândida, Delfina, Patrícia, Alzira, Aliria, e todos/as colegas desta longa caminhada de aprendizagem muito obrigado. Aos “mazas” Justo Nauva, Fidel Terenciano, Simeão Alexandre, Raul Barata. Aos colegas da residência R9 Yazeed, Ashok, Bruno, Julius, Weezy, Emerson (in memoria), R1 Venâncio (Madalito), Bila, Marcos obrigado pela recepção, integração e convivência no mundo académico.

A todos que directa e indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, os meus maiores agradecimentos do fundo do coração.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**DUAT** – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

**CRM** – Constituição da República de Moçambique

**WLSA** – Mulher e Lei na África Austral

**UNAC** – União Nacional de Camponeses

**AMODER** – Associação Moçambicana de Desenvolvimento Rural

**ORAM** – Organização de Ajuda Mútua

**MICOA** – Ministério para Coordenação da Acção Ambiental

**UGC** – União Geral de Cooperativas

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**PEDSA** – Plano Estratégico para Desenvolvimento Agrário

**OMM** – Organização da Mulher Moçambicana

**OJM** – Organização da Juventude Moçambicana

**APOJ** – Associação Agrícola de Jovens

**ASSUMUDE** – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento

**SPGC** – Serviço Provincial de Geografia e Cadastro

**CAEM** – Cooperativa Agrícola Eduardo Mondlane.

## RESUMO

O presente trabalho tem como título “*Os Constrangimentos ao Acesso e Controlo da Terra pelas mulheres rurais em Moçambique: Caso do distrito de Marracuene na comunidade de Nhongonhane (2011-2014)*”. Realizado no âmbito de culminação do curso de Licenciatura em Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane, tem como objectivo principal analisar os constrangimentos que a mulher rural enfrenta no acesso e controlo da terra na comunidade de Nhongonhane, distrito de Marracuene, no período compreendido entre 2011-2014. Para o alcance deste objectivo, a pesquisa adoptou uma metodologia qualitativa com uso de métodos e técnicas que permitiram recolher e analisar os dados com vista alcançar os resultados expostos no trabalho. A análise e interpretação de dados cingem-se na teoria das Relações Sociais que toma em consideração a dimensão de poder nas relações entre mulheres e homens, estruturadas no âmbito de sistemas de dominação patriarcais e culturais.

Da análise de dados chegou-se a conclusão de que a mulher neste distrito tem o acesso à terra, mas o controlo e o processo de transferência desta ainda cabe ao homem, apesar de ser ela quem mais trabalha a terra e produz. Portanto, o seu quotidiano continua sendo marcado por um conjunto de preconceitos culturais com estereótipos masculinos que são responsáveis pela exclusão da mulher, tornando-as que menos beneficiam do controlo da terra. Na maioria dos casos em que a mulher tem o controlo directo à terra, são aquelas que são membros de associações e cooperativas. Por serem membros destas associações e cooperativas elas ganham uma porção de terra comum da sua associação e outra porção de terra para fazer a sua machamba para a produção individual. Sendo por isso uma parte do produto do seu trabalho usado para o benefício da associação como um todo e outra para o sustento familiar.

**Palavras-chave:** Acesso, Controlo de terra, Mulher Rural.



## ÍNDICE

<b>FOLHA DE APROVAÇÃO</b>	i
<b>DECLARAÇÃO DE HONRA</b>	ii
<b>EPÍGRAFE</b>	iii
<b>DEDICATÓRIA</b>	iv
<b>AGRADECIMENTOS</b>	v
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	vi
<b>RESUMO</b>	vii
<b>CAPITULO I</b>	1
1. Introdução	1
2. Contextualização	3
3. Problemática	4
4. Hipóteses:	6
5. Justificativa	7
6. Objectivos do trabalho	8
6.1. Geral:	8
6.2. Específicos:	8
<b>CAPITULO II</b>	8
7. Revisão da Literatura	8
8. Quadro Teórico e Conceptual	15
8.1. Teoria das Relações Sociais	15
8.2. <i>Género</i>	16
8.3. <i>Acesso e Controlo à Terra</i>	17
8.4. <i>Empoderamento da mulher</i>	17
<b>CAPITULO III</b>	19
9. Metodologia	19
<b>CAPITULO IV</b>	21
10. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	21
10.1. Distrito de Marracuene sua localização, Divisão Administrativa e População	21

10.2. Comunidade de Nhongonhane .....	22
10.3. Quadro Legal Sobre Direito Da Mulher a Terra em Moçambique .....	22
10.4. A Evolução histórica do Acesso, Posse e Controlo da terra.....	25
10.5. Mecanismo de controlo de terra em Moçambique .....	26
10.6. Constrangimentos que a mulher enfrenta no acesso e controlo de terra .....	31
10.7. As formas como as mulheres são concedidas a terra.....	34
10.8. Posicionamento das mulheres rurais face aos constrangimentos .....	35
<b>CONCLUSÃO</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>ANEXOS</b> .....	44

## **CAPITULO I**

### **1. Introdução**

O contexto histórico vivido em Moçambique sobretudo na independência em 1975 e o conflito armado entre 1976-1992, condicionaram em grande medida o quadro legal existente no país. Moçambique teve a sua primeira Constituição em 1975, onde estipula que a terra e outros recursos naturais eram propriedade do Estado. Contudo, a Constituição de 1990 criou condições para que uma nova política de terras pudesse ser delineada, mas sempre considerando a terra como propriedade do Estado.

Neste sentido, introduziu-se a legislação sobre terras que compreende a lei de terras (lei 19/97 de 1 de Outubro), esta lei substituiu a lei de terras de 1979 e o regulamento aprovado em 1989 com objectivo de dar maior segurança ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra por parte dos cidadãos/ãs moçambicanos/as e dos investidores internacionais.

Moçambique possui uma série de leis e regulamentos que defendem a mulher no que concerne a terra. A Constituição da República (Artigos 35, 36, 128), Lei de Terras (cap. 3º, Artigo 10), Lei da Família (Nº 10/2004) e outros decretos relevantes existentes, prevêm o direito da mulher a terra. Mais especificamente, a lei de terras 6/79 de 3 de Julho foi actualizada em 1997 de modo a adequá-la a nova conjuntura política, económica e social, garantir acesso e a segurança de posse da terra tanto aos camponeses moçambicanos, assim como aos investidores nacionais e estrangeiros (LEI DE TERRAS, 1997).

Na lei de terras 1997<sup>1</sup>, o Estado continuou como proprietário da terra cabendo-lhe a tarefa de regular, distribuir e determinar as condições do seu uso e aproveitamento que regula a propriedade e as condições de uso e aproveitamento da terra. No entanto, destaca-se na Lei de

---

<sup>1</sup> A actual Lei de Terras (Lei nº 19/97 de 1 de Outubro) é aprovada em 1997 e entra em vigor em Janeiro de 1998, após um enorme trabalho de auscultação levado a cabo por organizações da sociedade civil junto às comunidades locais, num processo por muitos, considerado dos mais democráticos até então vividos no país (HANLON, 2002). Esta lei prevê as seguintes formas de acesso à terra: (i) pelo reconhecimento da ocupação segundo normas e práticas costumeiras; (ii) por ocupação de boa-fé; e (iii) por meio da autorização pelo Estado de um pedido de uso e aproveitamento da terra.

Terras as normas ligadas ao direito consuetudinário<sup>2</sup> e tradicional, privilegiando, dessa forma, as comunidades e sua acção na utilização e na preservação da terra (CHAMBE, 2016). Em contextos rurais, a terra não é um bem ao qual a mulher tem facilidade de acesso, tal facto tem a ver com um conjunto de relações desiguais entre homens e mulheres em seus contextos familiares, tradicionais e culturais. No exercício da mulher aos direitos à terra acaba ficando comprometido por estas relações, que conferem a categoria de chefe de família ao homem e, portanto, a posse dos bens da família, entre os quais, a terra.

Portanto, o impacto das políticas no âmbito do ajustamento estrutural<sup>3</sup> e suas consequências também se fizeram sentir sobremaneira no meio rural, levando as famílias a procurarem formas de absorver os benefícios prometidos pelo governo no âmbito da liberalização dos preços, mudança nas políticas de saúde e educação, corte do seu orçamento nos sectores sociais. Assim, famílias rurais recriam novas formas de trabalho e ajustam seus recursos materiais e humanos, ou seja, reorganizam suas famílias e comunidades para estarem capacitados a responder aos intentos do capital e dele se beneficiarem.

O trabalho tem como discussão central a questão da terra e as dificuldades do seu acesso e controlo por parte das mulheres rurais na Comunidade de Nhongonhane, distrito de Marracuene. No contexto das suas tradições e culturas, pretende-se perceber como as mulheres rurais se posicionam e que estratégias buscam para fazer valer seus direitos estabelecidos na legislação moçambicana.

---

<sup>2</sup> Para Negrão (1996), este direito é constituído por instrumentos institucionais que se expressam através de um conjunto de regras, normas e costumes que evoluem através do tempo e servem de instrumentos próprios para moldar os direitos e as obrigações da interacção das pessoas que os reconhecem.

<sup>3</sup> 1987 - Foi introduzido o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e em 1990, o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). O programa de ajustamento estrutural é um pacote que envolve o livre comércio, a desregulamentação e a privatização. O governo liberalizou os preços, praticamente terminou a sua gestão do mercado, cortou o seu orçamento nos sectores sociais, e introduziu mudanças nas políticas da saúde e da educação, onde foi estabelecido um sistema que atribui acesso com base no rendimento.

## 2. Contextualização

Em Moçambique e em grande parte de África, as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho na agricultura, especialmente na produção doméstica de alimentos (ex. para consumo caseiro). A Women and Law for Southern Africa (WLSA, Mulher e Lei na África Austral), no âmbito da comemoração do dia mundial da mulher rural em 2007 referiu que mais de 90% das mulheres moçambicanas trabalham principalmente na agricultura predominantemente camponesa<sup>4</sup>. De acordo com vários documentos e declarações do Governo como Programa Estratégico para Redução da Pobreza, considera-se que as mulheres rurais são maioritariamente vulneráveis à pobreza e são vítimas de discriminação no acesso a terra e outros recursos, particularmente, sob hábitos costumeiros alegadamente conservadores (CHAMBE, 2016).

As normas e práticas associadas aos sistemas costumeiros de posse em Moçambique foram pela primeira vez documentada pelos europeus, incluindo etnógrafos (muitas vezes missionários), por volta do século XIX. Os primeiros etnógrafos, tais como o missionário suíço Henri Junod (1927), estavam muitas das vezes preocupados em identificar estruturas e regras, do que em compreender os processos de negociação através dos quais as sociedades africanas estavam organizadas (FORUM MULHER, 2006).

Neste contexto, as mulheres enfrentam um desafio adicional, dado o seu menor acesso à educação e, em consequência, o menor grau de conhecimento para o trabalho na terra<sup>5</sup>. Embora a Constituição e a Lei de Terras<sup>6</sup> reconheçam direitos iguais para homens e mulheres, e igual acesso à terra, as mulheres muitas das vezes não estão cientes desses direitos. Em geral, a população rural está isolada por causa da falta de infra-estruturas no país, que dificulta o acesso aos mercados, bens e serviços. Avaliou-se que grupos mais próximos das sedes administrativas tendem a ter mais acesso a serviços, como educação e saúde, e mercados, ao passo que aqueles que vivem em áreas mais isoladas têm sido completamente abandonados (FIAN INTERNACIONAL, 2010; SUÁREZ e BORRAS JR., 2010).

---

<sup>4</sup> [http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Relatorio\\_AAMo\\_DireitosdaMulher\\_030809\\_FINAL%20\(2\).pdf](http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Relatorio_AAMo_DireitosdaMulher_030809_FINAL%20(2).pdf)

<sup>5</sup> Ver: Justiça Ambiental e União Nacional dos Camponeses, Os Senhores Sem Terra: Análise preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terra em Moçambique, Maputo 2011.

<sup>6</sup> LEI DE TERRAS Lei nº 19/97 De 1 de Outubro.

Sendo assim, em Moçambique, a questão do acesso à terra na perspectiva das relações de género, remetem-nos a existência de subalternização das mulheres expressa por meio das relações de poder entre elas e os homens, isto é, o ser mulher ou homem determina a distribuição dos activos ao nível da família, comunidade, principalmente no Sul de Moçambique. Perante esta situação, as mulheres procuram adoptar alianças estratégicas para fazer face ao poder dos homens expressos por meio da cultura e processual submetida por modelo patriarcado<sup>7</sup>. (ACTIONAID, 2009, 2010; LOFORTE, 2000; WLSA, 1998).

### **3. Problemática**

Em Moçambique o papel da mulher registou no seio da família, da sociedade e do estado, importantes marcos desde o tempo da luta nacional. Desde os primórdios da Luta Libertação Nacional que culminou com a independência do país em 1975, a luta pela emancipação da mulher e eliminação das desigualdades de género tem sido uma constante nas agendas políticas do país. Moçambique pode ser considerado como sendo um dos países defensores de igualdade de género (PNUD, 2001).

Desde então, com mais celeridade e abertura a partir dos finais dos anos 80, surgiram muitas organizações de defesa da mulher. Algumas de carácter mais genérico como a Associação Moçambicana de Defesa da Família (AMODEFA), Associação Moçambicana Mulher e Educação (AMME), Associação Moçambicana para o Desenvolvimento (ASSOMUDE), Fórum Mulher, Associação das Donas de Casa (ADOCA), Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), existem ainda outras organizações que reflectem a intenção de afirmação em ramos executivos e administrativos como a Associação Moçambicana de Carreira Jurídica (AMMCJ), Associação de Secretarias de Moçambique (ASSEMO); outras mais vocacionadas para o trabalho rural e agrícola como Associação Moçambicana para a Mulher Rural (AMRU); ainda outras que, sem serem exclusivamente vocacionadas para as mulheres adoptaram elementos de integração e igualdade de género, como por exemplo a Associação Moçambicana

---

<sup>7</sup> Para a feminista Kate Millet é um sistema de controlo social, com base nas relações sociais entre mulheres e homens que penetrou em todos os aspectos da existência humana incluindo a política, indústria, exército, educação, saúde, religião, direito, arte, filosofia, literatura e a própria civilização.

para o Desenvolvimento Rural (AMODER), União Nacional de Camponeses (UNAC), União Geral de Cooperativas (UGC) e Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM). (MUTEIA, 2014).

Ao lado dessa imagem positiva que o país projecta em que surgiram várias organizações em defesa da mulher, a desigualdade de género vem sendo reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. A este respeito, as mulheres encontram-se cada vez mais, e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Por outro lado, reconhece-se que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o país e Moçambique ainda apresenta uma percentagem elevada de analfabetismo nas mulheres, de acordo com o ultimo censo de 2007<sup>8</sup>. Esta percentagem constitui um entrave ao envolvimento da mulher no desenvolvimento do país. Já que prevalecem assimetrias de género em Moçambique (SARMENTO, 2011).

No entanto, a mulher rural é o principal garante do desenvolvimento do seu meio, devido à sua entrega na produção agrícola. Em Moçambique, o universo das mulheres rurais constitui cerca de 80% da população feminina moçambicana, e é também a camada que mais trabalha (INE, 2015).

O Governo reconhece que as mulheres camponesas têm acesso limitado aos mercados e serviços de extensão agrária. Neste sentido tomou várias iniciativas para incluir a mulher em todos sectores e empodera-la a nível económico e social; a título de exemplo, o Plano Quinquenal do Governo 2010-2014 teve como objectivo estratégico promover e implementar projectos de geração de rendimentos com vista ao empoderamento económico da mulher; o PARP 2010-2014 visou acelerar a titulação de parcelas para as comunidades locais e agentes económicos com atenção nas mulheres; a Política de Género e Estratégia de Implementação visa promover a equidade de género através da elevação de estatuto da mulher e da sua participação na vida política, económica e social do país; Plano Nacional para Avanço da Mulher de 2007-2009, 2010-2014 visava implementar políticas e estratégias para maior inserção da mulher no mercado formal do trabalho, promoção de emprego e empoderamento económico da mulher; a Estratégia Sectorial de Género e da Educação visa assegurar o acesso, a retenção e a inclusão com sucesso em todos os níveis de ensino diminuindo fosso das desigualdades de género, entre outras políticas. O Protocolo da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos no que respeita aos Direitos das Mulheres em África (assinado em Maputo em 2003) preconiza que a mulher tem

---

<sup>8</sup> Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação, fonte Instituto Nacional de Estatística (INE)

direito a um meio ambiente saudável e sustentável. Apesar da dedicação e dos esforços desenvolvidos pelo governo e pela sociedade civil, com vista à garantia da igualdade das relações de género, ainda persistem constrangimentos que mantêm a maioria das mulheres numa situação de discriminação e como tal marginalizada (MICOA, 2010).

Na celebração do dia 15 de Outubro dia Internacional da Mulher Rural em 2014, no distrito de Namaacha as mulheres rurais camponesas queixaram-se de que lhes é negado o direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT)<sup>9</sup> a favor de grandes agricultores, além de dificuldades no acesso ao crédito, por sinal, dois aspectos bastante importantes para o desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, da economia (JORNAL A VERDADE, 2014).

Dentro desse quadro em que as mulheres rurais são cada vez mais reconhecidas como uma camada imprescindível para o desenvolvimento do país e redução da pobreza, mas que ao mesmo tempo enfrentam constrangimentos para ao acesso e controlo à terra que é um factor chave para o desenvolvimento económico rural – esta pesquisa procura investigar essa contradição. Convém expor o problema na forma da seguinte pergunta de partida: *Porque as mulheres rurais têm menos acesso e controlo da terra?*

#### **4. Hipóteses:**

**Hipótese 1:** *O elevado índice de taxa de analfabetismo no seio da mulher rural na comunidade de Nhongonhane, distrito de Marracuene contribui para a dificuldade de acesso e controlo da terra.*

**Hipótese 2:** *A dificuldade no acesso e controlo da terra é resultante do conjunto de estereótipos e preconceitos culturais que subalternizam a mulher na comunidade de Nhongonhane.*

---

<sup>9</sup> “Direito de uso aproveitamento da terra: Direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da presente Lei”. Lei de Terras 19/97, Cap. 1, Art. 1, N° 2.



## **5. Justificativa**

O estudo em questão é motivado primeiro pela sua temática apresentar uma tamanha relevância no ramo da Ciência Política e outros ramos das ciências sociais. A maioria de estudos nesta área demonstram a existência do poder nos homens e as mulheres relegadas a um papel subalterno. A segunda motivação cinge-se nas relações de género em que se constata uma desigualdade entre o homem e a mulher, e que determina uma distribuição de activos produtivos no nível da família, da comunidade e do país.

A escolha da comunidade de Nhongonhane, no distrito de Marracuene deve-se pela aproximação do local de estudo, o que permitiu maior acessibilidade por parte do pesquisador. As relações sociais na comunidade de Nhongonhane são marcadas por um sistema patrilinear, onde a transmissão do poder e de herança sobre a terra e os bens da família é feita de pai para filho mais velho ou outro parente de linhagem paternal (MUTEIA, 1996). Neste sentido, as práticas culturais e tradições que prevalecem neste tipo de sociedade desfavorecem a mulher, cujo acesso à terra dá-se por via de casamento – podendo a mulher cultivar nas terras do seu marido; ou por via do pai – trabalhando nas machambas pertencentes à família até contrair matrimónio e mudar-se para as terras do marido.

Portanto, verifica-se que o sistema patrilinear concede maior protecção e preferência ao homem em detrimento da mulher, reflectindo-se esta diferenciação não apenas no acesso e controlo desigual da terra e outros bens, mas também na limitada participação no processo de tomada de decisão sobre questões familiares e conjugais. Olhando para o espaço temporal delimitado na pesquisa 2011- 2014, é visto como um período em que o governo procura promover a lei de terras aos chefes dos postos administrativos, líderes comunitários no distrito de Marracuene, no caso específico na comunidade de Nhongonhane visando uma melhor gestão dos solos.

## **6. Objectivos do trabalho**

Os objectivos deste trabalho são:

### **6.1. Geral:**

- Analisar os constrangimentos que a mulher rural enfrenta no acesso e controlo da terra na comunidade de Nhongonhane, distrito de Marracuene

### **6.2. Específicos:**

- Identificar os constrangimentos que a mulher rural enfrenta no acesso e controlo da terra;
- Descrever a forma como as mulheres são concedidas terra;
- Perceber como a mulher se posiciona e que estratégia busca para lograr seus direitos sobre a terra.

## **CAPITULO II**

### **7. Revisão da Literatura**

A presente revisão da literatura apresenta-se sob a perspectiva de três abordagens sobre as relações de género no acesso e controlo à terra. A primeira debruça sobre as formas de acesso a terra pelas mulheres rurais. A segunda foca-se no género como aspecto de análise no contexto de acesso à terra, a qual evidencia o poder do homem ao acesso, controlo da terra em moldes individuais. Ao passo que, a terceira debruça-se sobre a estratégia da organização associativa que as mulheres usam como mecanismo para aceder os recursos agrários incluindo a terra onde há visibilidade do poder da mulher ao acesso e controlo da terra de forma colectiva ou em associações e cooperativas.

No concernente ao acesso terra pelas mulheres rurais existem três formas: acesso por herança, casamento, empréstimo.

#### *Acesso por herança*

No caso do critério de sucessão de geração em geração, nas sociedades patrilineares do sul do país, as normas e práticas costumeiras estabelecem que apenas os indivíduos do sexo masculino

estão dotados do direito à herança. A terra socialmente representa o lugar físico de coesão do grupo familiar, o elemento de construção de identidade e o local onde são criadas e recriadas culturas e tradições (a reprodução da vida social e individual). Todavia, apenas o homem pode herdar a terra que pertencera aos seus ascendentes (CHAMBE:2016).

Entretanto, a Lei de Terras confere oportunidades e direitos iguais para homens e mulheres no acesso, posse e controlo da terra. A Lei da Família 10/2004 preza pelos mesmos princípios de não diferenciação de género. A mulher e o homem têm os mesmos direitos no que diz respeito ao casamento, ao divórcio, à guarda dos filhos, bem como à divisão de bens no casamento. A Lei da Família estende a protecção dos direitos da mulher quando exclui a discriminação contra a mulher nas questões de casamentos polígamos, relações estáveis, herança e estatuto da viúva. Ainda que, pelos trâmites legais, não exista distinção entre homens e mulheres, apenas é reservado aos homens o poder de decidir sobre as parcelas a serem atribuídas aos restantes membros da família, como no caso das irmãs e/ou primas que permanecem na família de nascença, bem como daquelas que, por divórcio, separação, viuvez ou outras circunstâncias, regressem do lar e necessitem de terra para dar continuidade às suas vidas (CHAMBE; 2016:103).

#### *Acesso pelo casamento*

O casamento é a forma que as mulheres têm de aceder à terra em Moçambique. O que muito tem motivado no estudo do campo de acesso à terra no contexto africano é o acesso à terra por via do casamento tradicional, o *lobolo*. Esta é a forma mais observável nos espaços rurais em Moçambique. O *lobolo*, como forma de casamento tradicional nas sociedades patrilineares, será a garantia para a mulher obter a terra necessária para a construção de sua residência e para a agricultura (CHAMBE, 2016:105). Segundo Gengenbach (1998), o *lobolo*, pelo menos teoricamente, obriga o chefe do grupo familiar a tomar como uma das suas principais tarefas depois do casamento de um membro masculino de sua família, a procura de uma parcela de terra a ele alocada para a noiva mais recente da família.

Para Chambe (2016:106 *apud* Gengenbach, 1998), tal como para Negrão (2000), no contexto rural, o “*lobolo*” representa e, é a expressão pública de que a família receptora da filha garante-lhe o acesso a terra para habitação, agricultura e recollecção. A família receptora adjudica a terra

ao novo casal da casa, que é constituída pela menor unidade espacial de habitação, produção e consumo da família rural. Além de ser uma unidade espacial, Negrão (2000), acrescenta que ela é também um organismo social de estrutura bem-definida, no qual se encontra a família rural regulamentada por leis costumeiras que são aceites por todos. O acesso à terra fica, assim, condicionado pelo uso de acordo com o que é determinado pela família receptora, e a segurança de acesso à terra pela mulher será realizada não apenas pela sua inserção ao novo grupo familiar, mas também será garantida quanto maior o número de filhos que ela puder gerar (CHAMBE:2016).

#### *Acesso por empréstimo*

Para Chambe (2016:113) Acesso à terra por via de empréstimo ocorre quando um indivíduo ou uma família cede, por entendimento mútuo com um outro indivíduo ou família, uma parcela de terra para exploração durante um determinado período. Essa forma de obtenção de terra gera limitações por parte de quem pede o empréstimo, diante do seu carácter temporário de posse. O utente de terras emprestadas não pode realizar projectos duradouros em terras emprestadas, como a construção de moradia, plantio de árvores, devendo apenas usá-las para a produção agrícola com culturas de ciclo produtivo curto, para evitar conflitos de terra e benfeitorias no futuro.

A segunda foca-se no género como aspecto de análise no contexto de acesso à terra, a qual evidencia o poder do homem ao acesso, controlo da terra em moldes individuais.

Segundo Mejia (2000), na teoria de género, as relações de género inscrevem-se como relações entre homens e mulheres construídas socialmente e, como tal, passível de mudança e contestação. Baseada nestas relações circunscreve-se as relações de poder criando possibilidades desiguais em homens e mulheres no acesso e controlo dos benefícios agrários.

As contribuições de Mejia (2000) e Andrade *et al* (1998), demonstram o uso de género como abordagem de análise na questão do acesso à terra, a qual, intervêm relações socialmente construídas entre homem e mulher onde estão patentes as relações de poder que legitimam e orientam o acesso à terra. Ademais, estas relações sociais distribuem ou orientam as tarefas no meio familiar e o papel do homem e mulher no meio social.

A questão do acesso a terra em alguns contextos em Moçambique é influenciada pelas práticas e experiências locais (culturas), tais práticas espelham as relações de género e poder. Neste caso,

alguns analistas como Loforte (1996, 2000); Waterhouse e Vijfhuizen (2001); Negrão (2004), que debateram sobre o acesso à terra em Moçambique e demonstram que os homens detêm o poder sobre os recursos mesmo reconhecendo que as mulheres são a maioria. Para Waterhouse e Vijfhuizen (2001), identificam-se três formas de acesso a terra determinadas pelas leis locais e nacionais, nomeadamente, herança, casamento e mercado. Deste modo, Negrão (2004), aponta quatro formas: locação por direito do Estado; no âmbito costumeiro, ocupação individual ou colectiva e por via do mercado. Em Zonjo (1999), identifica-se duas formas de acesso à terra: costumeira e convencional, ao passo que Loforte (2000), aponta o acesso por via processual, estas afirmam que o poder está com os homens e colocam as mulheres numa situação subalternas ou submissas (NHANGUILUNGUANA,2012:3)

Por sua vez Meena (1992), demonstra que, apesar de as mulheres constituírem a maioria dos produtores alimentares, elas não têm direito de recursos, incluindo a terra. Na sua óptica, a falta de acesso aos recursos, incluindo a terra, aliado às dificuldades na obtenção de crédito e de considerar o homem cabeça do agregado familiar em detrimento da mulher, são alguns constrangimentos que apontam como estando na origem para as mulheres acederem a terra.

A terceira perspectiva sobre o acesso e controlo da terra demonstra a formação de movimentos associativos, que perante a subalternização imposta pelas práticas locais e normas Estatais, isto é, de género e legislativas, as mulheres desenvolvem estratégias que lhes permitam fazer o uso e controlo da terra sem dependerem do homem, possibilitando a visibilidade de poder por meio de redes de alianças.

Na actualidade a participação das mulheres em actividades geradoras de rendimento constitui em grande medida uma resposta aos programas de reajustamento estrutural em vigor desde finais dos anos 80, à pressão económica, à perda de empregos assalariados onde estes existissem, à carestia de vida, ao desmantelamento das políticas sociais, especialmente nos sectores da educação e saúde, à falta de empregos e ao facto dos rendimentos agrícolas por si só não permitirem a manutenção e reprodução social das famílias (CASIMIRO, 2011:1).

Monjane (2015) aborda sobre os métodos agro-ecológicos de agricultura que sempre fizeram parte da vida social e cultural das comunidades rurais em Moçambique, em que as mulheres camponesas organizadas em associações de produtoras no distrito de Namaacha resgataram este

modelo agro-ecológico que vai contra o modelo agro-industrial e estão se levantando protesto contra apropriação de terra, uma tendência que ameaça deslocar os agricultores locais. Para reforço desta prática face à agricultura empresarial a União Nacional de Camponeses (UNAC) tem vindo a promover nos últimos anos práticas de agro-ecologia como a conservação de sementes nativas e sistemas locais de produção alimentar.

Agro-ecologia é um conjunto de tecnologias ou práticas de produção, essas práticas produtivas incluem as culturas intercaladas, a pesca tradicional e a criação de animais em sistemas móveis integrando lavoura, árvores, o uso de esterco, compostagem, sementes e raças de animais locais, etc. a agro-ecologia reduz drasticamente o uso de insumos comprados externamente (produtos importados) que precisam ser adquiridos da indústria<sup>10</sup>. “As práticas agro-ecológica restauram os ecossistemas e economias locais, promovem autonomia e a resiliência das/os pequenas/os agricultores/as, preservam a cultura e os conhecimentos tradicionais e rurais, fazem um contraponto aos efeitos das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade e podem transformar as relações sociais em sentido mais amplo” (NYELENI, 2015:9).

Neste sentido, as mulheres colocam o país num caminho em direcção ao desenvolvimento sustentável, reforçando as suas posições e apostando nas sementes locais e saudáveis. Portanto, com modelos como a agro-ecologia<sup>11</sup> baseada em métodos a agricultura de campo é finalmente mais inclusiva, sustentável, equitativa e estável do que qualquer outro método agrícola. Este modelo dá poder às mulheres rurais, garante os meios de subsistência das gerações futuras e garante a soberania alimentar a nível da comunidade e nacional (MONJANE, 2015:36).

Loforte (2000:168), demonstra a existência de um grande movimento associativismo expresso na existência de muitas cooperativas que facilitam as mulheres chefes de unidades domésticas que encontram nas associações um meio para usufruírem da terra sem dependerem dos parentes

---

<sup>10</sup> Fórum internacional de agro-ecologia: centro Nyéléni Sélingué, Malí 24 – 27 de Fevereiro de 2015, p.4.

<sup>11</sup> Para Caporal e Costabeber (2002), a agro-ecologia corresponde o campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como o modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável.

agnósticos do marido. Algumas dessas mulheres aderem a este movimento associativo porque procuram aliar a produção familiar à cooperativa, para além do trabalho assalariado dos homens.

A ACTIONAID (2009), partilha da mesma opinião que Loforte (2000), ao constatar no estudo feito no distrito de Marracuene e Manhica, que o associativismo habilita maior acesso à terra nas mulheres por mecanismo directo na qualidade de membro associativo. *“Nessa perspectiva, permite-lhes uma porção da terra comum da sua associação e uma machamba para produção individual, privilégios na tomada de decisão e apoio financeiro”* (ACTIONAID 2009:25).

Participação de mulheres em associações por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos materiais – terra, trabalho e capital – mas também recursos políticos ou sociais acedendo aos mecanismos que lhes assegurem a continuidade do acesso aos recursos (CASIMIRO, 2011:5).

Uma vez que grande parte das mulheres trabalham com mão-de-obra agrícola não qualificada em Moçambique, são fortemente afectadas por qualquer mudança política que afecte a agricultura.

O estudo feito pelo MICOA (2010), sobre estratégia de género e ambiente cujo objectivo era garantir a igualdade de acesso e controlo dos recursos naturais, das tecnologias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, dos benefícios e oportunidades de desenvolvimento entre homens e mulheres, traz um aspecto novo que são as mudanças climáticas no que diz respeito a mulher face à pobreza:

“Neste contexto, as mudanças climáticas têm impactos directos nos papéis das mulheres devido a função que elas desempenham na agricultura e segurança alimentar, busca de água e lenha para a sobrevivência da família e consequentemente na saúde dos membros da família e da comunidade. Os impactos das mudanças climáticas degradam o meio ambiente, provocando inundações e terras secas, a salinização e contaminação das águas, a erosão dos solos, a destruição de infra estruturas, entre outras. Devido aos papéis que a mulher desempenha na família, ela e as filhas são obrigadas a percorrer longas distâncias para encontrar água limpa, lenha, etc, tirando-lhes o tempo que poderiam dedicar-se mais aos estudos e ao seu desenvolvimento pessoal. O atraso da época chuvosa e a escassez das chuvas constrange a mulher que tem de encontrar meios alternativos para alimentar a família, pois sem chuvas não se

pode cultivar as machambas. Portanto, quanto mais o clima muda, maior será a sobrecarga de trabalho para as mulheres” (MICOA<sup>12</sup>, 2010:2).

As mulheres desempenham um papel-chave na segurança alimentar e nutricional e na economia familiar. Participam activamente na produção agrícola, na conservação, transformação, armazenamento e comercialização dos alimentos, e são as únicas responsáveis pela nutrição do agregado familiar. As mulheres têm grande conhecimento do meio ambiente e dos seus recursos naturais, sendo responsáveis por fornecer água e lenha/carvão ao agregado familiar para as actividades domésticas. Contudo, as mulheres enfrentam grandes restrições para realizar as suas tarefas devido às relações de género existentes nas comunidades rurais. As mulheres têm um acesso e controlo limitado sobre recursos e serviços, nomeadamente a terra, os insumos, o crédito, a produção de culturas de rendimento, a criação de gado de médio e grande porte, os serviços de extensão, a informação, a capacitação, a tecnologia e o emprego. Para além disso, têm uma fraca participação nos órgãos de tomada de decisões sobre aspectos produtivos e económicos devido ao papel que socialmente e tradicionalmente lhes têm sido atribuídos (PEDSA<sup>13</sup>, 2011: 29).

Entende-se através destas abordagens que as associações e os modelos agro-ecológicos tornaram-se também lugar de afirmação das mulheres e onde elas encontram espaço como produtoras e como dirigentes porque a sua participação transforma-as em sujeitos e cidadãs contribuindo para a ruptura da ideologia e práticas discriminatórias, ajudando a aproximar a relação entre homens e mulheres, equacionar relações solidárias de género e colocar em iguais condições no que diz respeito ao acesso à terra. Portanto, as mulheres associadas exercem estratégias que lhes permite o acesso à terra e outros recursos agrários.

---

<sup>12</sup> MICOA, Estratégia e Plano De Acção De Género, Ambiente E Mudanças Climáticas, Maputo, Junho de 2010.

<sup>13</sup> Plano Estratégico Para O Desenvolvimento Do Sector Agrário, Maputo, Maio de 2011.



## 8. Quadro Teórico e Conceptual

### 8.1. Teoria das Relações Sociais

A teoria das relações sociais possibilita uma análise de género mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreende-la além das representações sem esquecer a busca incansável de aproximação da essência dos fenómenos sociais e de suas determinações. Essa teoria permite engendrar acções de transformações de situações de subordinação da mulher, transformação em busca da igualdade substantiva. Enfim, a teoria vai ao foco das desigualdades sociais dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade e subordinação da mulher, portanto, a desnaturalizando como sugere a categoria de género (CISNE<sup>14</sup>, 2002).

De acordo com a abordagem das relações sociais, as associações são grupos baseados na vontade livre das pessoas que os integram, ou formam uma associação deliberada para a consecução de determinados fins. Os membros pertencem à associação em virtude de uma decisão voluntária, por estarem de acordo com os seus fins; os contactos entre indivíduos estabelecem-se na base dos interesses individuais (MARCONI e LAKATOS 1999:51).

As mulheres têm menos possibilidades de usufruir dos seus direitos de cidadania, menos acesso aos recursos e às instâncias de decisão. Essa situação de desigualdade é explicada através de uma teoria das relações sociais de género que toma em consideração a dimensão de poder nas relações entre mulheres e homens, estruturadas no âmbito de sistemas de dominação patriarcais (ARTUR, 2004).

Para o presente trabalho usou-se como abordagem de análise a teoria das relações sociais formulada por Marx, pois permite perceber as relações sociais construídas no âmbito das relações de produção. Mas pela sua incapacidade de explicar o conjunto das relações sociais ao reduzir o mundo social unicamente no campo económico, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e sob campos, sobretudo nas relações de poder cultural Nhanguilunguana (2012:12 *apud* Bourdieu, 1989), usamos em simultâneo a teoria das relações

---

<sup>14</sup> CISNE, Mirla, MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>.

social formulada por TONNIES. Esta teoria apresenta vantagem para o presente estudo, na medida em que permite explicar as relações dos indivíduos principalmente nas relações de poder cultural que legitima quem tem poder sobre os recursos, permite perceber as relações que se estabelece entre homens e mulheres no acesso e controlo de terra e os mecanismos que orientam a conduta dos indivíduos com os outros.

Para este trabalho será fundamental o dialogo com quatro conceitos para melhor analisar os dados do estudo, são eles: Género, acesso à terra, controlo à terra e empoderamento da mulher.

## **8.2. Género**

No que diz respeito ao género existem diferentes formas de definir o conceito de género, no presente trabalho focamo-nos em CASIMIRO e SCOTT.

Para Nhanguilunguana (2012:16 *apud* Scott, 1989) *Género* é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entres os sexos e é uma forma primeira de significar as relações de poder. Para este autor o género está incluído na concepção e na construção do próprio, isto é, o controlo diferenciado sobre o acesso aos recursos. Este poder manifesta-se em três dimensões: simbólica – há símbolo que produzem a diferenciação de género e levam a diferenciação de poder; a segunda dimensão é subjectiva onde as questões de raça, classe e etnia, articulam com questões de género e a última é considerada organizacional, privilegia certas áreas para homens porque julgam que as mulheres não têm capacidades.

Bagnol e Mariano (2011:46 *apud* Scott, 1989) constataram que o género é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como a forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações de poder, mas as direcções das mudanças não seguem sempre necessariamente o sentido único.

Porém, para efeitos deste trabalho apoiamo-nos na definição de Casimiro (1995), ao afirmar que o género é um complexo cultural e histórico, determinado consistentemente em relações sociais, como concepções que definem a identidade básica dos indivíduos, e de Scott (1989) evidenciada pelas duas escolas (escola Anglo-americana e escola Anglo-francesa), pois estas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito, e elas concentram-se também

nas etapas do desenvolvimento dos indivíduos, tendo em conta o presente estudo que verifica-se uma desigualdade acesso e controlo de terra.

### **8.3. Acesso e Controlo à Terra**

*O acesso à terra* obedece as formas que cada sociedade, país, ou região determina em virtude dos usos e costumes ou, através da lei ou, por outras formas conhecidas entre o sistema tradicional e o moderno. O *acesso à terra* como expressão mais ampla da posse verifica-se nas sociedades africanas tradicionais por herança ou pelo facto de alguém pertencer a uma certa comunidade ou através de alocação por líderes tradicionais; também se pode efectuar através do seu uso e aproveitamento ou através do investimento que se realiza na terra. (ALFREDO, 2009:4).

Ainda em Alfredo (2009:4), não basta, no entanto, ter acesso à terra. É preciso usá-la de forma racional e nos termos da lei, o que obriga ao controlo de tal uso. O *uso* e o *controlo da terra* estão intimamente ligados com as formas de organização social e dos regimes de posse e propriedade da terra, determinados pelo Estado.

Para Chambe (2016), o acesso entende-se como a capacidade das mulheres terem a terra para o uso como elemento fundamental de reprodução social e por sua vez o controlo é a capacidade que define as formas de uso, de decisões sobre o que fazer com o recurso terra. Neste sentido, a condição de ser mulher ou de ser homem dentro de um grupo familiar funciona como determinante para se ter, efectivamente, o acesso e controlo sobre a terra.

### **8.4. Empoderamento da mulher**

O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. É definido como mecanismo pelo qual as pessoas, organizações, as comunidades tomam controlo sobre os seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir criar e gerir (COSTA, 2012).

Para as feministas o empoderamento de mulheres, é o processo de conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se de um meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica para as feministas, libertação das mulheres das amarras da opressão de género,

da opressão patriarcal. Portanto para as feministas o objectivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de género. Sendo assim para as feministas o objectivo fundamental do empoderamento é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumir controlo dos seus corpos e das suas vidas (SANDENBERG, 2009).

Para Botliwala (1994:129), a característica mais conspícua do termo empoderamento está na palavra poder, definido por ela como controlo sobre recursos materiais, intelectuais e ideológicos. Deste modo, a autora vai definir o empoderamento como sendo o processo de questionar essas ideologias e relações de poder, e de ganhar maior controlo sobre os recursos.

## CAPITULO III

### 9. Metodologia

Qualquer trabalho científico é orientado por princípios que possibilitam o alcance dos objectivos pré-definidos. A metodologia actua como um instrumento fundamental na orientação do trabalho. Deste modo, para o sustento e o encaminhamento empírico do presente estudo, utilizou-se a abordagem qualitativa, a técnica de recolha de informações que se desdobrou metodologicamente na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e as entrevistas semi-estruturadas.

A abordagem qualitativa que assenta no pressuposto de que para se compreender os fenómenos sociais é necessário entender os significados que as pessoas atribuem às suas acções sociais que estabelecem entre si ou com os outros membros que interagem no quotidiano (TRIVINOS, 1987). Portanto, a pesquisa qualitativa privilegiou a utilização de técnicas de administração de entrevistas semi-estruturadas, individual e grupos focais de discussão. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com base num guião que contem questões relativas aos objectivos do trabalho.

A pesquisa bibliográfica e documental cobre fundamentalmente a leitura e a discussão dos documentos teóricos e empíricos<sup>15</sup> que versam sobre o Acesso e Controlo da Terra em especial o modo à literatura existente do debate sobre os critérios de aquisição da terra.

No que concerne às técnicas de recolha de dados, privilegiou-se a entrevista semi-estruturada, onde para Marconi e Lakatos (2007), conferem ao pesquisador a liberdade de desenvolver a entrevista por meio de conversa em qualquer direcção considerada adequada. Sendo esta técnica útil ao pesquisador, pois permite explorar mais amplamente uma questão, através das perguntas, podendo ser respondidas dentro das conversas informais. Já para Burgess (2006), este tipo de entrevista permite ao investigador obter pormenores de situações sociais que ele não presenciou.

---

<sup>15</sup> A pesquisa documental é referente ao recurso às fontes primárias e fontes secundárias, sendo que as primárias fazem parte do arquivo público e particulares, as estatísticas oficiais, senso, etc e as secundárias englobam as obras e trabalhos elaborados, jornais, revistas científicas, etc. (MARCONI E LAKATOS, 1999:40).

Desta feita, as entrevistas semi-estruturadas foram encaminhadas às entidades ou instituições que achamos relativamente entender a matéria levantada nesse presente trabalho, designadamente: União Nacional dos Camponeses (UNAC), Fórum Mulher, Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR), Posto Administrativo da Comunidade de Nhongonhane.

O estudo realizou num total de oito entrevistas, onde duas entrevistas foram com grupos focais de discussão aplicadas a homens e mulheres membros da comunidade Nhongonhane. As entrevistas em grupo ofereceram uma visão de descobrir as normas locais e as entrevistas individuais utilizadas para comparar a representação das normas e as experiências de facto. Neste sentido, o estudo incidiu em membros de associações de camponeses (Associação Positiva de Juventude) e uma cooperativa agrícola (Cooperativa de Agricultores Eduardo Mondlane) na comunidade de Nhongonhane e membros do conselho consultivo Secretário do bairro Eduardo Mondlane: Silva Nhabanga, Secretário do bairro Samora Machel: Jeremias Mussana, estas entrevistas foram em Ronga e em Português traduzidas quando tal foi necessário, a razão da escolha dessas pessoas é pelo facto de trabalharem com a terra e que vivenciam as situações de conflitos de terra e desigualdade de género no controlo de terra e tem conhecimento sobre a posse da mesma. Portanto, as entrevistas no campo foram realizadas no período de duas semanas por questões disponibilidade das pessoas e tiveram uma duração de 1 hora de tempo por cada encontro, à selecção dos bairros acima citados foi pela razão de que estas áreas encontram-se mais camponeses de ambos os sexos diferentemente de outras áreas que trabalham mais com a pedreira e carpintaria sob indicação do posto da localidade. O propósito principal da técnica foi extrair ideias e percepções relativamente ao direito da mulher a terra.

No atinente aos constrangimentos na elaboração do presente trabalho requeria a inclusão de dados estatísticos referentes à situação da mulher em relação ao acesso e controlo da terra. Não foi possível recolher dados relativos à percentagem de mulheres que tem acesso (directo ou indirecto) a terra, ou percentagem de mulheres que tem controlo sobre a terra pelo facto de inexistência desses dados.

## CAPITULO IV

### 10. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

#### 10.1. Distrito de Marracuene sua localização, Divisão Administrativa e População



Fonte: INE Projeções Anuais da População Total das Províncias e Distritos 2007-2040

O distrito de Marracuene, localiza-se a 30 km a norte da Cidade de Maputo, entre a latitude de 25° 41' 20" Sul e longitude de 32° 40' 30" Este. É limitado a Norte pelo distrito da Manhiça, a Sul pela Cidade de Maputo, a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pelo distrito da Moamba e Cidade da Matola.

Segundo o INE (2007-2040), o distrito de Marracuene tem uma superfície de 883 Km<sup>2</sup> e uma população de 149.833 habitantes, tendo uma densidade populacional de 169 habitantes/Km<sup>2</sup>, sendo 72.309 homens e 77.524 mulheres.

## **10.2. Comunidade de Nhongonhane**

A comunidade Nhongonhane localiza-se no distrito de Marracuene e é constituída por sete bairros, nomeadamente: Samora Machel, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Abel Jafar, Beach, Matalane e Casimane.

## **10.3. Quadro Legal Sobre Direito Da Mulher a Terra em Moçambique**

Neste subcapítulo apresenta-se o estudo de caso, o seu quadro legal, os constrangimentos, a forma como as mulheres são atribuídas a terra. De seguida apresenta a discussão de dados e os resultados.

A mulher e os assuntos a ela relacionados têm sido objecto de diferentes dispositivos legais e normativos em Moçambique, com destaque para a própria Constituição da República e leis específicas como a lei da Família, a lei de Terras, a lei de Florestas e Fauna Bravia e respectivos decretos (ACTIONAID, 2009:11). O estudo centrou-se especificamente em dois bairros, que são: bairro Eduardo Mondlane com um número total de 1,699 habitantes e bairro Samora Machel com cerca de 3,760 habitantes. A maior parte da população é camponesa, tem como actividades mais praticadas agricultura e pesca. Como instituições de suporte a comunidade de Nhongonhane conta com uma estrutura montada para dar apoio às mulheres na resolução dos problemas de várias ordens. Sendo que, ao nível do quarteirão, existe um grupo composto por três mulheres que resolvem os problemas das mulheres, em casos mais exigentes estas mulheres contam com o apoio de outras três mulheres da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) que apoiam ao nível do bairro.

Paralelamente a isto, nesta comunidade existem os chefes dos quarteirões, e no nível do círculo está criada uma estrutura composta por secretários dos bairros, representantes da OMM, representantes da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e conselheiros. Na maior parte dos casos estas estruturas envolvem tanto homens como mulheres, no caso concreto da comunidade visitada, o círculo é composto por quatro mulheres e três homens.

Ainda para a defesa dos direitos das pessoas da comunidade, o distrito de Marracuene possui conselhos consultivos, na localidade de Nhongonhane. Este órgão conta com três mulheres e seis homens, para o apoio legal existe um Tribunal Comunitário e este órgão é composto por três



homens e igual número de mulheres. Ao nível do distrito destaca-se o envolvimento do Tribunal Distrital nas questões referentes ao uso da terra.

Apesar de haver uma participação da mulher nos diferentes órgãos de decisão e o facto de a comunidade de Nhongonhane particularmente apresentar uma experiência bastante positiva como resultado das actividades de divulgação da lei de terras, lei da família e capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos, realizadas pela, UNAC, ORAM e ASSUMUDE, verifica-se que de uma forma geral esta participação a nível do distrito ainda é baixa.

No que tange a Constituição da República de Moçambique, os Artigos 35, 36 e 120 estabelecem que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres independentemente da cor, sexo, raça, instrução ou posição social. Falando especificamente sobre a situação da mulher a Constituição define o princípio da igualdade de género no qual homens e mulheres são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, social, económica e cultural.<sup>16</sup>

A lei de terras no terceiro capítulo, sobre o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), artigo 10, prescreve que podem ser sujeitos do DUAT, as pessoas nacionais, colectivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais<sup>17</sup>. Relativamente à aquisição do DUAT, esta lei refere ainda que pode ser feita por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras que não contrariem a constituição, ocupação por singulares nacionais<sup>18</sup>, que de boa-fé estejam a utilizar a terra a pelo menos dez anos e autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida na presente lei<sup>19</sup>.

Apesar da existência destes instrumentos legais, importa referir que a questão do uso e controlo da terra pelas mulheres não tem sido fácil, pois está geralmente associada à posição que homens e mulheres ocupam na família, principalmente no contexto de discrepâncias nas relações de género (ACTIONAID, 2009:12).

---

<sup>16</sup> Constituição da República, artigo 36.

<sup>17</sup> Lei de Terras, capítulo 3, artigo 12.

<sup>18</sup> Que pode ser qualquer cidadão de nacionalidade moçambicana.

<sup>19</sup> Lei de Terras, capítulo 3, artigo 12.

Os instrumentos legais referenciados obrigam a uma nova reflexão e posição nas relações de poder entre a mulher e o homem. Contudo, para a ACTIONAID (2009), esta prática revela que ainda persistem mecanismos de subordinação, como é o caso da divisão do trabalho e o acesso e controlo dos recursos por parte das mulheres.

A Lei da Família<sup>20</sup> estabelece a igualdade de género perante a lei, casamento, divórcio, a guarda dos filhos bem como a divisão de bens no casamento, excluindo assim a discriminação contra a mulher nas questões relacionadas com a poligamia, herança, idade para o casamento e estatuto da viúva. Os outros aspectos contidos na Lei são a possibilidade e o direito das mulheres requererem o pagamento da pensão dos filhos por parte do marido em caso de divórcio, e o facto de os maridos não serem automaticamente considerados chefes de família, onde a autoridade paternal foi substituída pela autoridade parental<sup>21</sup>.

Para além dos aspectos referidos, as vantagens da Lei da Família incluem ainda a igualdade do género na propriedade dos bens e este aspecto é muito importante na medida em que se aplica a propriedade da terra tendo um impacto directo no acesso, uso e controlo da terra por parte da mulher. Outra vantagem desta Lei é o reconhecimento do casamento pela união de facto e a obrigatoriedade de registo do casamento tradicional ou religioso perante as autoridades civis para que possa ter validade legal, o que facilita o acesso da mulher a justiça, caso esta queira reclamar os seus direitos em caso de separação ou divórcio ou ainda morte do cônjuge. A igualdade jurídica tanto dos filhos nascidos no casamento como fora do casamento, incluindo nas questões relacionadas com a herança, constitui outros aspectos mencionados nesta Lei que favorecem a mulher<sup>22</sup>.

O ministério de género, criança e acção social é a instituição responsável por dirigir e executar as políticas de emancipação e desenvolvimento de género, criança e acção social.

---

<sup>20</sup> Lei N° 10/2004.

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> *Ibidem.*

#### **10.4. A Evolução histórica do Acesso, Posse e Controlo da terra.**

A questão do acesso, posse e controlo da terra sofreu diversas modificações ao longo do tempo, fundamentalmente ditadas pela intervenção colonial na África, que veio a mudar estruturalmente as formas existentes de organização das comunidades nativas (CHAMBE, 2016).

Na África, a terra representa, para a grande parte da população rural, a base de existência e sobrevivência. O seu acesso e a sua posse pelos camponeses, que são os que em grande medida povoam os espaços rurais na África, são indispensáveis em face da produção que nela desenvolvem, bem como da sua utilização como espaço de reprodução social, criando raízes, expressando seus saberes e tradições milenares. A organização anterior ao período colonial centrava-se nos chefes tradicionais que lideravam todo o processo de vida dentro da comunidade. Assim, cabia a estes e seus régulos controlar, além das populações junto às suas comunidades, as pequenas parcelas de terras localizadas dentro de um determinado regulado. Segundo Alfredo (2009), o ancião da geração mais antiga tinha a responsabilidade sobre a fertilidade dos solos, cabendo-lhe a tarefa de gestão e organização dos ritos necessários para que tal fertilidade se observasse, além da distribuição da terra pela comunidade, famílias e pessoas individuais.

Para Chambe (2016), a invasão colonial veio a criar uma distorção no seio das populações rurais que, além de retirar-lhes as parcelas de terras férteis, alterou sobremaneira as formas de posse e uso destas. Segundo Chambe (2016:83*apud* Direito, 2013), um dos aspectos marcantes para as comunidades locais foi o não reconhecimento aos régulos e outras chefaturas indígenas dos direitos de propriedade sobre a terra, ainda que não existisse uma individualização da terra em Moçambique, sendo o regime de usufruto colectivo, mas, sob controlo do regulado. Esse também foi o argumento levantado por Direito (2013), para justificar que a falta de individualização representava, no contexto da evolução da família, um atraso que impossibilitava o colono a observar o indígena com capacidade e preparo para entrar no processo de individualização da terra. Portanto, tal fato ditou a coexistência de dois sistemas de propriedade: o comunal, para os indígenas, regidos pelas leis costumeiras, e o individual, para os tidos como evoluídos na percepção de propriedade. Disso resultou a dualidade nas regras de posse da terra, observável na actualidade, com as formas costumeiras e legais caminhando lado a lado, legitimadas e constitucionalmente aceites.

Deste modo, Alfredo (2009), constatou que, para o caso da África Austral, os direitos costumeiros da terra se assemelham com a característica em comum de serem exercidos por um grupo que detém o poder na comunidade de forma absoluta, exclusiva e perpétua, com a sucessão de tais direitos para os seus dependentes. Acrescenta o autor que este pequeno grupo tem a terra como um bem sagrado, pertencente ao Divino e, por isso, não cogitam a hipótese de que a terra seja alienada ou dada com garantia ou qualquer outra forma semelhante, sendo que, a quem fosse-lhe concedida a graça de controlá-la, tinha em si, também, os poderes que emanam do Divino.

Nessa lógica, fazia então sentido à propriedade comunal em detrimento da propriedade individual da terra. No entanto, esta é uma posição que, em séculos, deixou de fazer sentido, porém, sua utilização e aceitação consagraram o direito costumeiro como uma realidade na África. Entretanto, a relação entre o direito costumeiro e o sistema jurídico-legal sobre a terra torna o primeiro válido somente se sua formulação se conformar com o postulado pela lei formal.

Pelo sistema costumeiro, os modos de aquisição do direito sobre a terra devem verificar:

1. A ocupação da terra por um fato que confirma a sua utilização organizada e aproveitamento visível;
2. A ocupação que resulte de um acto que, à luz dos costumes e de boa-fé, possa se equiparar (doação ou venda);
3. O direito de sucessão para alguém devidamente reconhecido pela comunidade.

Caso não se verifique estes elementos, em qualquer das circunstâncias, os direitos sobre a terra poderão não ser reconhecidos pela comunidade ou pelo Estado (ALFREDO, 2009).

### **10.5. Mecanismo de controlo de terra em Moçambique**

Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado e, para a comunidade, representa uma dádiva Divina, pertencendo ao conjunto da comunidade. Assim, cabe ao chefe dessa comunidade, portanto, a autoridade local, também designada autoridade tradicional, determinar as regras de sua posse, ocupação e uso por parte particular, sendo o critério determinante os princípios locais onde o acesso, uso e controlo é regulado pelas suas próprias tradições (CHAMBE, 2016).

Transpondo o modelo tradicional de acesso e controlo de terra para a família, o trabalho de Gengenbach (1998), sintetiza melhor a forma como ele ocorre. Segundo o autor, de um modo geral, quem detém o controlo das terras é o regulado, quem arbitra sobre a colectividade. Este, por sua vez, divide a terra pelos grupos familiares residentes em seu povoado. Por grupo familiar, Chambe (2016 *apud* Gengenbach, 1998, p. 10) refere-se ao chefe do grupo, seus irmãos, os filhos (homens) casados, a esposa ou as esposas do chefe do grupo e sua prole. O grupo familiar é composto de casas formadas por cada mulher casada e seus filhos.

Portanto, cabe ao chefe de cada grupo garantir que todos os membros tenham acesso à terra suficiente para agricultura e residência. Para Alfredo (2009), o controlo da terra opera-se, normalmente, junto às famílias e/ou indivíduos isolados, que podem, nomeadamente, fazer o repasse, aluguel ou empréstimo da terra. No entanto, a linhagem ou outra hierarquia da comunidade, no caso, o regulado ou a autoridade tradicional, pode ter o direito de aprovar ou não quando se trata do repasse dessa terra.

Ainda que se fale de controlo de terra por parte do regulado, dos grupos familiares ou dos indivíduos, na prática, o fato de a terra em Moçambique ser da pertença do Estado, não se admite que particulares detenham de títulos de propriedade da terra (CHAMBE, 2016:94).

É nesse contexto que, com o auxílio da lei formal, indivíduos ou famílias pertencentes a uma comunidade podem obter o DUAT, que significa o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra. O DUAT é definido pela Lei de Terras, no seu artigo primeiro, como: “(...) direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da presente Lei”<sup>23</sup>

Nesta lógica, cabe ao Estado gerir os direitos sobre a terra, podendo: Em caso de extrema necessidade e atendendo às questões de justiça social, o Estado também procede a redistribuição da terra, como forma de permitir a sua utilização equilibrada e racional pelas várias camadas da sociedade, com realce para as camadas rurais camponesas que mais necessitam da terra para a sua subsistência (ALFREDO, 2009:125).

---

<sup>23</sup> *Idem.*

Entretanto, é com base na Lei de Terras que o Estado toma as suas decisões para a concessão do DUAT. No entanto, a ocupação das terras pode resultar de um acto costumeiro dentro do que é definido pelos princípios tradicionais, a que todos devem obediência e ocupação por boa-fé<sup>24</sup> e por autorização formal. No primeiro caso, apenas é permitido para pessoas nacionais e comunidades locais; o segundo, apenas para pessoas nacionais e o terceiro caso, quando se trata de sujeitos de direito nacionais e também estrangeiros (LEI DE TRRAS, 1997).

Assim, para a aquisição do Uso e Aproveitamento de Terra o processo acontece da seguinte maneira:

1. O requerente deve dirigir-se aos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC) da Província onde se localiza o terreno pretendido onde, após manifestar a sua pretensão, ser-lhe-á entregue o formulário e seu anexo (*documento que contém toda informação relativa aos documentos obrigatórios para a constituição do processo e os custos relativos à tramitação e deslocação para a realização do trabalho de Reconhecimento e Consulta*);
2. Após a recepção do formulário pelo requerente, o mesmo deve ser correctamente preenchido e entregue aos Serviços de Cadastro;
3. Cinco (5) dias após o preenchimento do formulário o requerente deverá efectuar o pagamento dos custos referentes à deslocação dos técnicos dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro para o reconhecimento e consulta às comunidades locais sob pena de cancelamento do formulário;
4. Feito o pagamento, os Serviços de Cadastro e o requerente ou seu representante deslocam-se ao terreno para sua identificação prévia e reconhecimento do mesmo. No terreno, faz-se o esboço de localização da parcela pretendida, preenche-se a parte do formulário referente à descrição do terreno e marca-se a data da consulta à Comunidade Local;

---

<sup>24</sup> Neste caso, alguém inicia uma actividade num espaço de terra virgem, efectuando o seu desbravamento e limpeza e, por longos períodos, exerce sua actividade ou estabelece moradia sem que alguém se oponha ao fato.

5. No processo de consulta às Comunidades Locais, participam os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, o Administrador do Distrito ou seu representante, o Director Distrital da Agricultura e os membros da Comunidade Local. Neste processo, os Serviços de Cadastro têm a função de conduzir a consulta, cujo resultado deverá ser redigido a escrito e assinado por um mínimo de três (3) e um máximo de nove (9) representantes da Comunidade Local, bem como pelos titulares ou ocupantes dos terrenos limítrofes. Estes representantes da Comunidade, devem ser escolhidos pelos membros desta, durante o processo de consulta;
6. Durante o processo de consulta às Comunidades Locais, os Serviços de Cadastro fazem a actualização do esboço de localização, da memória descritiva (*parte do formulário referente a descrição do terreno*) e preenchem o edital (*3 exemplares*), dos quais um é afixado no local onde se localiza o terreno, outro na Administração do Distrito e outro anexa-se ao formulário. No edital é indicada a data da sua afixação e de devolução;
7. Após a consulta, caso a Comunidade tenha sido favorável ao pedido, o requerente deverá submeter no prazo de quinze (15), dias (*sob pena de cancelamento do formulário*), os documentos obrigatórios exigidos por Lei para a constituição do processo, nomeadamente:
  - A) Formulário do pedido de terreno devidamente preenchido;
  - B) Fotocópia do B.I./DIRE/ Estatutos (*caso se trate de uma pessoa colectiva ou Sociedade*);
  - C) Esboço de localização do terreno pretendido;
  - D) Plano de exploração (*nos casos em que a terra se destine ao exercício de actividades económicas*) e/ou projecto de investimento devidamente aprovado pela entidade competente;
  - E) Acta de consulta às comunidades locais;

- F) Cópia do edital;
  - G) Guia de depósito;
  - H) Recibo comprovativo de pagamento da taxa referente ao primeiro ano.
8. A não submissão de um dos documentos referidos no número anterior implica o cancelamento do formulário pelos Serviços de Cadastro;
9. A falta de devolução do edital após 30 dias de sua afixação, não implica a estagnação do processo, contudo, o processo segue os seus trâmites legais com a indicação sobre esse facto;
10. Reunidas todas as condições e formalidades, os Serviços de Cadastro elaboram a proposta para o despacho da entidade competente (*Governador da Província, Ministro da Agricultura ou Conselho de Ministros*). Dependendo dos casos consoante o projecto e o seu valor (ALFREDO, 2009: 127 – 128).

A questão do DUAT tem levantado sérios debates quanto à possibilidade deste constituir-se ou não um impedimento para o surgimento de um mercado de terras diante do avultado fluxo de investimento no meio rural, especialmente nas actividades ligadas à terra. Na verdade, a todos interessados, independentemente do tipo de exploração a ser feita na terra, podem adquirir o DUAT das instituições governamentais responsáveis.

Assim, cabe ao governador da província a concessão do DUAT para parcelas de até mil hectares. A decisão será do Ministro da Agricultura quando as parcelas ultrapassam os 1.000ha e são inferiores a 10.000ha. As que ultrapassam a competência do Ministro da Agricultura ficam a critério do Conselho de Ministros (LEI DE TERRAS, 1997:18).

Ora, esse debate já vem ocorrendo desde a aprovação da Lei de Terras, quando se afirmava precária na sua concepção. Por um lado, a posição de autores, à semelhança de Ribeiro (2006), considerava que, a forma como a Lei de Terra teria sido concebida, conduzia à instabilidade da estratégia de desenvolvimento da agricultura, que incentiva investimentos estrangeiros no sector, ainda que reconhecesse que a não privatização da terra nunca se constituiu um problema para os interessados no investimento agrícola comercial, diante dos grupos empresariais agrícolas que



continuaram em Moçambique mesmo depois da independência, a exemplo dos grupos Entrepasto e João Ferreira dos Santos. Por outro, autores como Chambe (2016:96 *apud* Mosca, 2014) consideram que a avultada penetração do investimento em capital mineiro e agrário nas regiões rurais bem como outra natureza de investimento em actividades referentes ao uso da terra acaba pondo em xeque o cumprimento do princípio de que “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada” (MOSCA, 2014:13).

## **10.6. Constrangimentos que a mulher enfrenta no acesso e controlo de terra**

### **Constrangimentos legais**

Desde a alteração do Artigo 35 do Regulamento da Lei de Terra em Outubro de 2007, o processo de delimitação das comunidades locais encontra-se estagnado com muitas comunidades à espera de certificados oficiais de direito de uso e aproveitamento da terra. Por outras palavras, nenhuma comunidade local recebeu certificado de uso e aproveitamento da terra, desde a alteração do Artigo 35. Esta situação não só retardou o processo das delimitações comunitárias, como também está a pôr em causa a sustentabilidade do direito legal das comunidades locais e a comprometer o crescimento económico das comunidades rurais. Neste contexto, também está a pôr em causa as metas específicas de cada projecto, o que complica o relacionamento e o cumprimento a prazo entre as ONG's e os financiadores, pois o certificado é a prova viva das metas alcançadas (o processo final). Como constrangimento neste processo, nota-se um novo tipo de conflitos como o de Tensão no relacionamento entre a comunidade representada pelo Conselho de gestão dos Recursos Nacional e os privados resultantes das consultas mal conduzidas, pois são restringidas a um grupo específico que giram a volta da pessoa do régulo ou do governo local (ORAM, 2010).

Flaida Macheze da União Nacional dos Camponeses afirma que o Ministério de género tem desenhado boas políticas, mas na sua implementação tem falhado na medida em que o pessoal do governo dificilmente visita as localidades para divulgar as suas estratégias por consequência as comunidades acabam não conhecendo as estratégias do governo. Neste sentido o governo deve assumir esse papel de que existe um problema ao nível das localidades de não conhecimento das

suas políticas e estratégias e que deve resolver disseminando a informação às comunidades. (Entrevista, 17/02/2017)

No que concerne aos constrangimentos que a mulher enfrenta no acesso e controlo da terra, incluem-se as relações de poder dominantes que históricas e culturalmente perpetuam a discriminação contra a mulher; recursos escassos para a implementação dos planos e programas já aprovados; Género e ambiente são questões transversais, mas na transversalidade dos diversos sectores são vistas como questões adicionais e não de prioridade, sendo relegadas para segundo plano; O homem como chefe de família é quem toma as decisões e acaba controlando os recursos naturais, assim como o acesso e controlo da terra, crédito, tecnologias e serviços de extensão.

Como aponta Rebeca Gomes (8/02/2017) do Fórum moçambicano das mulheres rurais o que contribui para a falta de controlo de terra pelas mulheres rurais é a falta de aplicação de políticas públicas capazes de fazer face às barreiras culturais. Todavia os instrumentos legais não garantem mudança do cenário de desigualdade e discriminação da mulher devido às dificuldades na divulgação e implementação das leis.

Um factor que tem influenciado as desigualdades nos direitos de controlo da terra é os sistemas de herança adoptados pelas comunidades. No distrito de Marracuene concretamente na comunidade de Nhongonhane tem sido norma tradicional a desigualdade de direito à herança entre homens e mulheres. As leis costumeiras beneficiam os homens no que se refere à herança pois são eles e não as suas irmãs que herdaram os bens deixados pelos pais. Como resultado, quando os homens casam já tem uma porção de terra. A mulher por sua vez quando casa muda-se para casa da família do seu marido e ao chegar lá é muito provável que já exista alguém que toma as decisões sobre as formas de utilização da terra, cabendo-lhe apenas o papel de trabalhá-la.

Segundo um membro da Associação Positiva de Jovens um dos constrangimentos que a mulher tem enfrentado é “... o problema da própria terra que é difícil de trabalhá-la, sendo assim as mulheres não conseguem trabalhar alegando que muito pesado trabalhar naquela terra...”; O segundo factor apontado é de que “...as mulheres têm muito trabalho por fazer no lar como

*cuidar da casa, cuidar das crianças, buscar água...*”<sup>25</sup>, portanto estes são um dos factores que colocam a mulher numa posição subalterna.

Outro membro da associação defende que o homem é quem manda no lar trazendo a expressão usada por ele *“o galo é que manda na capoeira”*, pois mulher não tem força de trabalho, a mulher tem medo de assumir uma posição mesmo tendo algum conhecimento, sendo assim homem é quem deve controlar a terra. Outro factor defendido por ele é da falta de confiança diante a mulher, segundo as suas palavras:

*“Eu trabalho com minha mulher, a mando ir a vender os produtos que produzimos ou para ir ao banco depositar dinheiro, quando volta do mercado diz que hoje não vendi nada, quando mando banco ela não deposita o dinheiro no banco, vai depositar em casa da família, logo que volta do banco diz que foi assaltada enquanto o dinheiro deixou em casa da família para construir lá, é isso que faz com que nós homens estejamos na dianteira no controlo a terra em relação às mulheres”* (Entrevista, 20/01/2017).

Portanto, este factor deve-se à falta informação<sup>26</sup>, isto é, a constituição da República de Moçambique, lei de terras, não discrimina de nenhuma forma a mulher, está lá patente de que os homens e as mulheres têm direitos e deveres iguais, mas o que está em causa é que não diz como as coisas devem ser feitas, por exemplo, trazendo as palavras da entrevista da UNAC:

*“Basta eu dizer que o que é meu é teu, eu não te discriminei, mas há outros factores que discriminam, por exemplo, tu morreste a terra não pertence porque no seu papel esta escrito que esta terra pertence ao senhor João casado, na maioria das vezes não casam, para os casos em que há casamentos, casados em comunhão de bens esta fulana que casou em comunhão de bens tem tantos outros filhos fora desta relação, então esta terra deve ser dividida por todos estes, e ela fica com o pedacinho de terra, porque existem situações em que não há casamento não há nada, mesmo quando há registo é em nome do senhor ai a mulher é expulsa porque o homem diz onde está o teu nome neste documento”* (Entrevista, 17/02/2017).

O baixo nível de escolaridade é um factor que se deve ter em consideração no que diz respeito ao controlo de terra pela mulher rural, por duas razões apontadas, primeiro a falta de escolas na

---

<sup>25</sup> Entrevista, 20/01/2017

<sup>26</sup> No que se refere a disseminação das leis, políticas e estratégias do governo.

localidade das poucas escolas existentes acompanha-se um problema de falta de vagas, segundo factor é a falta de informação e formação no seio da comunidade, isto porque as leis, as políticas não disseminadas ao nível local, como também estratégia do sector agrário, a estratégia de género também não são conhecidas ao nível da comunidade.

No que se refere ao DUAT na comunidade de Nhongonhane a associação positiva de jovens assim como a cooperativa agrícola Eduardo Mondlane não possuem DUAT'S, segundo os entrevistados na associação e cooperativa agrícola afirmam que já tratam o DUAT, mas ainda não lhes foram concedidos. Olhando para os praticantes da agricultura familiar também não possuem o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra. Flaida da UNAC afirma que é mais fácil adquirir o DUAT em associações e cooperativas isto porque o DUAT da associação assim como da cooperativa agrícola envolve várias assinaturas o que pode dificultar a venda da terra, enquanto que, de forma individual ocorre fácil risco de venda da terra, por essa razão quando se trata de grandes parcelas de terra a UNAC aconselha aos agricultores que façam o DUAT da associação (Entrevista, 17/02/2017, 20/02/2017).

#### **10.7. As formas como as mulheres são concedidas a terra**

Ao mecanismo de acesso a terra tendo em consideração a revisão da literatura mostra três formas pelas quais pessoas individuais, especialmente as mulheres das comunidades rurais tem para aceder aterra, tais como o processo de sucessão de geração em geração dentro da mesma descendência, o casamento por ultimo o empréstimo. Olhando para a primeira forma que é acesso aterra por herança esta forma acaba contrariando a lei de terras e outros dispositivos legais que versam sobre igualdade de género e discriminação da mulher; o casamento que é uma garantia para as mulheres rurais obter a terra necessária para construção da sua residência e para agricultura; a última forma que é o empréstimo é a forma estratégica usada homens e mulheres, mais maioritariamente mulheres, solteiras, divorciadas e viúvas para aumentar as parcelas de cultivo como uma forma de obter autonomia daquilo que produzem.

Portanto, olhando para a comunidade de Nhongonhane, das mulheres e homens entrevistadas/os na associação positiva de jovens como na cooperativa agrícola afirma que é mais vigente o acesso a terra pelas mulheres praticantes da agricultura familiar.

Segundo Nhabanga Secretário do bairro Eduardo Mondlane e Mussana Secretário do bairro Samora Machel partilham da mesma opinião ao afirmar que no período colonial havia algumas terras abandonadas depois da guerra e as pessoas foram ocupando como também havia os nativos da terra, e certas mulheres foram concedidas a terra por herança dos nativos, anos depois algumas mulheres obtiveram a terra através do empréstimo<sup>27</sup>, por compra, pelo casamento e outras foram se enquadrando em associações para ter acesso a machamba.

#### **10.8. Posicionamento das mulheres rurais face aos constrangimentos**

Portanto, depois de termos visto as formas de acesso a terra e os constrangimentos que a mulher enfrenta no controlo da terra, importa trazer à tona a posição da mulher face a este cenário e que estratégias busca para fazer valer os seus direitos

Neste sentido, as mulheres entrevistadas no grupo focal acedem ao financiamento para as actividades na agricultura através das associações a que pertencem e não de forma individual. Sendo membros das associações, elas beneficiam dos financiamentos pedidos em termos de insumos agrícolas, inclusive de gado para a lavoura das machambas. Este financiamento é fornecido pelo governo, ORAM, UNAC. Em termos de financiamento específico a informação recolhida no campo não permite especificar o financiamento destinado às famílias e a mulher em particular. Algumas mulheres que não têm o controlo de terra que praticam agricultura familiar sustentam que não podem fazer nada porque estão no casamento e se não fosse casada teria o controlo da terra e faria mais planos com a mesma, podia ter mais planos com a terra sem dependência do marido.

Como vimos anteriormente, uma das estratégias que as mulheres da comunidade Nhongonhane no bairro Samora Machel buscam para exercer seus direitos é através de associações e cooperativas agrícolas, que têm o controlo da terra, portanto as mulheres alcançam o poder de controlo de terra através das acções colectivas estabelecidas nas associações agrícolas. O envolvimento das mulheres nas associações e cooperativas agrícolas é mais evidente. Olhando para a cooperativa agrícola Eduardo Mondlane na comunidade de Nhongonhane é composta por 72 membros em que 40 são mulheres e 32 são homens, tem o presidente e uma vice-presidente.

---

<sup>27</sup> O empréstimo ocorre quando um indivíduo ou família cede por entendimento mútuo com outro indivíduo ou família uma parcela de terra para exploração durante um determinado período.

Nesta cooperativa apesar da maioria dos membros serem mulheres, a terra é atribuída por igual tanto para os homens como as mulheres e os constituintes tem conhecimento dos programas de igualdade de género através do governo, União Nacional dos Camponeses e a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Em situações de conflitos recorrem à Organização Rural de Ajuda Mútua, União Nacional de Camponeses e o Conselho Consultivo Local. Portanto, é de notar que a maior parte das mulheres na comunidade de Nhongonhane detém o poder de controlo da terra num sentido colectivo participando nas actividades públicas como o Xitique<sup>28</sup> feito na comunidade, as sensibilizações, auscultações que têm tido traves das instituições de apoio com base na reciprocidade para melhor controlar os recursos em particular a terra. Desta forma as mulheres na cooperativa agrícola Eduardo Mondlane procuram garantir a participação como estratégia para manter seus direitos garantidos pela lei e políticas desenhadas.

---

<sup>28</sup> Segundo Catarina TRINDADE (2011), o xitique consiste num grupo de pessoas, constituído por amigas/os, colegas de trabalho ou familiares, que estipulam um montante de contribuição assim como a periodicidade dos encontros para prestação de contas, distribuição rotativa do poupado por cada uma das pessoas envolvidas no grupo e confraternização. O xitique é mais do que um sistema de créditos e poupanças rotativas e permite uma maior visibilidade das ideias, práticas e subjectividades emancipatórias das mulheres, para além de potencializar estratégias dentro do jogo de relações de poder em que as mulheres se encontram.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho propunha debruçar-se sobre Os constrangimentos ao acesso e controlo de terra pelas mulheres rurais em Moçambique, com enfoque na comunidade de Nhongonhane, distrito de Marracuene no período compreendido de 2011 – 2014. Em correspondência com o problema levantado nesta pesquisa se procura questionar porquê as mulheres da comunidade de Nhongonhane não têm o controlo de terra. Aliando-se a essa questão a pesquisa constatou na região que constitui o campo de estudo prevalece uma situação de dominação, sendo o homem quem determina a distribuição dos activos a nível da comunidade de Nhongonhane. A literatura confirma que essa prática é comum na região sul de Moçambique. Nestas situações a mulher ocupa uma posição subordinada em relação ao homem, mesmo sendo a que mais trabalha com a terra.

A teoria das relações sociais ajudou na consecução do trabalho na medida em que permitiu explicar as relações dos indivíduos na relações de poder cultural que legitima quem tem poder da terra, permite perceber a relações que estabelecem entre os homens e mulheres no acesso e controlo de terra na comunidade de Nhongonhane, perceber os mecanismo que orientam a conduta dos indivíduos como também perceber as relações sociais construídas no âmbito das relações de produção. Portanto, esta pesquisa trás novas evidencia comparativamente a outras pesquisas que versam sobre mesma a temática de estudo na medida em que esta pesquisa é actual considerando o ano da realização da pesquisa, também se pode olhar para o campo de estudo comunidade de Nhongonhane que difere de outros estudos feitos em outros pontos do país.

Olhando para as hipóteses levantadas no trabalho, num computo geral confirma-se as hipóteses partindo da primeira hipótese que diz “*o levado índice de taxa de analfabetismo no seio da mulher na comunidade de Nhongonhane contribui para dificuldade do acesso e controlo de terra*” comparando com as evidencias do campo de estudo foi necessário trocar a expressão *analfabetismo* passando a usar baixo nível de escolaridade isto porque as pessoas da comunidade de Nhongonhane sejam elas/es mulheres como homens possuem algum nível de escolaridade. A segunda hipótese que diz “*a dificuldade no acesso e controlo de terra é resultante de conjunto de estereótipos masculinos e preconceitos culturais que subalternizam a mulher*”, portanto este cenário é notório na comunidade de Nhongonhane em que alguns homens mostram o poder de tomada de decisão e controlo dos recursos incluindo a terra. O contexto em que as mulheres da

comunidade de Nhongonhane estão inseridas onde a transmissão de poder e de herança sobre a terra é feita para filho mais velho ou outro parente paternal de linhagem paterna ditou o *modus vivendi* e *modus operandi* da mulher naquele distrito, as leis costumeiras concedem maior protecção aos homens em detrimento da mulher reflectindo uma diferenciação no processo decisório questões comunitários, questões familiares como também no controlo desigual da terra e outros bens.

De uma forma geral a mulher na Comunidade de Nhongonhane tem o acesso à terra, mas o controlo e o processo de transferência da terra ainda cabe ao homem apesar de ser ela quem mais trabalha a terra e produz. Portanto, o seu quotidiano continua sendo marcado por um conjunto de preconceitos culturais com estereótipos masculinos que são responsáveis pela exclusão da mulher, tornando as que menos beneficiam do controlo da terra.



## REFERÊNCIAS

- ACTIONAID Moçambique, *Estudo de base sobre os direitos da mulher à terra nas províncias de Maputo, Zambézia e Nampula*. Projecto Wolar, Maputo, 2009.
- ALFREDO, Benjamim. *Alguns aspectos do regime jurídico da posse do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e os seus conflitos emergentes em Moçambique*. Tese de doutorado. Universidade da África do Sul (UNISA). 2009.
- BATLIWALA, S. “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, Boston: Harvard University Press, pp.127-138, 1994.
- BAGNOL, B. e MARIANO, E, *Género, sexualidade e práticas vaginais*, Maputo: DAA, FLCS, UEM, 2011.
- BOURDIEU, Pierre, *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BURGESS, R., *Pesquisa no Terreno*. São Paulo: Celta Editora, 2006.
- Boletim da República. *Os Direitos e Uso e Aproveitamento da Terra*. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.
- CASIMIRO, I. e ANDRADE, X., Construído uma Categoria de Género em Moçambique. In “*Estudos Moçambicanos 11/12*, Revista semestral de ciências sociais”. CEA-UEM, 1998.
- CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A., *Agro-ecologia: enfoque científico e estratégico*. Agro-ecologia e desenvolvimento rural sustentável, vol.3, N°2, pp.13 – 16, 2002.

- COSTA, Ana Alice. “*Género, Poder e Empoderamento de Mulheres*”. Disponível em: [http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%2012-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%2012-%20Ana%20Alice.pdf)
- DIREITO, Bárbara P. T. *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique 1892-1942*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, 2013.
- SEN, Gita e GROWN Caren, “*Desenvolvimento, Crises, Visões Alternativas*”, publicado em 1985 e distribuído amplamente durante a II Conferência Mundial da Mulher que aconteceu em Nairobi (Quênia).
- FIAN International, Land grabbing in Kenya and Mozambique - A report on two research missions and a human rights analysis of land grabbing, 2010.
- INE, *Mulheres e Homens em Moçambique*, Maputo, 2015.
- INE, *III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos Moçambique*, Maputo: Imprensa Nacional, 2010.
- LOFORTE, Ana *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. PROMÉDIA, Maputo, 2000.
- MARCONI, M. de Andrade et al., Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In “*Metodologia Científica*”, 5ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A. pp 269-230, 2009.
- MEJIA, Margarita, *Dinâmicas Locais na Associação de camponesas do distrito de Manhiça província de Maputo: Relatório de Pesquisa*, Maputo: CEA-UEM, 2000.
- MEENA, Ruth, *Gender in Southern African: Conceptual and theoretical Issues-Harare*: apes Books, 1992.

- MICOA, *Estratégia e Plano de Acção de Género, Ambiente e Mudanças climáticas*, Maputo, 2010.
- MONJANE, Boaventura, *"Peasant women power in Mozambique"*, Farming Matters, 31.4, 36-37, 2015.
- MOSCA, João. *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e política*. In: CEsA. WP 127. Lisboa, 2014, p. 34.
- MUTEIA, H., *O Papel da mulher no desenvolvimento rural*, Maputo, Setembro de 2014.
- MUTEIA, H., *A problemática de terras em Moçambique: subsídios para a revisão da legislação*, Muleide, Maputo, 1996.
- NANGUILUNGUANA, J., A., *Relações de Género no acesso a Terra na Comunidade Rural Samora Machel*, Maputo, 2012.
- NEGRÃO, José., Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, In *"Acesso à Terra pelas Mulheres: Cinco Sistemas de Direitos Costumeiros"*, PNUD, 2000.
- ORAM, *Documento De Apresentação Na Reunião Nacional Sobre Delimitação De Terras Comunitárias*, Maputo, Março de 2010.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1995.
- SARMENTO, E., *O papel da mulher no desenvolvimento: o caso de Moçambique*, Madrid, Espanha, 2011.

- SCOTT, Kloeck – Jenson, *Textos escolhidos sobre a terra; a posse da terra, agricultura e demais assuntos sobre a terra em Moçambique e África*. Catálogo, 3ª- Edição, Maputo, LTC – Project e NET, Maputo, 1998.
- SCOTT, J., *Gender: A usual category of historical analyses. Gender and the politics of History*. New York: Editor Columbia University Press, 1986.
- SUÁREZ, Sofía Monsalve, BORRAS Jr, Saturnino, *Desenvolvimento, para quem? Impacto dos Projectos de Desenvolvimento sobre os Direitos Sociais da População Rural Moçambicana*, FIAN International, 2010.
- TONNIES, Ferdinand. Intercâmbio entre Durkheim e Tonnies sobre Natureza das Relações Sociais. In: MIRANDA, Orlando (Org.), *Para ler Ferdinand Tönnies*, 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1995b. p. 111-120.
- TRINDADE, Catarina Casimiro, Convívio e solidariedade: Práticas de xitique em Moçambique. In: Cunha, Teresa *et al* (org.) *Elas no norte e no sul. Artº Feminino*. Coimbra: AJP, 2011.
- TRIVINOS, Augusto N. S., *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*, São Paulo: Editora Atlas, 1987.
- UNDP MOZAMBIQUE, *Gender, Women AND Human Development – an Agenda for the Future, Human Development Report*, Maputo, Mozambique, 2001.
- WATERHOUSE, Rachel & VIJFHUIZEN, Carin, *Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos rurais em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2001.
- WLSA, *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, DEMEG, CEA, UEM, Maputo, 1998.

- ZONJO, Johane F. Chibaió.1999. *Acesso, posse e conflito da terra-estudo de caso do distrito de Búzi: de 1975 à actualidade*. Trabalho de licenciatura em História. UEM.FL. Maputo.

### **Legislações**

- Constituição da República de Moçambique (2004), Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- LEI DE TERRAS nº 19/97, de 1 out. 1997.
- LEI DA FAMILIA nº 10/2004, de 25 Ago. 2004.

### **Sites da Web**

- [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2009/10/mulher-rural-continua-na-extrema-pobreza.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/10/mulher-rural-continua-na-extrema-pobreza.html) acesso em 20.07.2016
- <http://www.oram.co.mz/Aprova-o-Regulamento-da-Lei-de-Terras.pDF>
- <http://www.verdade.co.mz/mulher/14831-mulher-rural-comemora-o-seu-dia>, Escrito por Redacção em 02 Novembro 2010 (Actualizado em 03 Novembro 2010).

## ANEXOS

### Anexo 1:

Nome	Instituição	Local	Data
Flaida Macheze	Oficial de género da União Nacional de Camponeses	UNAC	17/02/2017
Sheila Manjate	Coordenadora de Participação política do Fórum Mulher	Fórum Mulher	17/02/2017
Rebeca Gomes	Fórum moçambicano das Mulheres rurais (FOMMUR)	Via E-mail	08/02/2017
Silva Nhabanga	Secretário do bairro Eduardo Mondlane	Bairro Eduardo Mondlane	12/ 01/ 2017
Jeremias Mussana	Secretário do bairro Samora Machel	Bairro Samora Machel	11/ 01/ 2017
Joaquim Machava	Chefe da Secretaria da Localidade	Secretaria da Localidade	09/01/2012
Cooperativa Agrícola Samora Machel (8 pessoas “apenas mulheres”)		Bairro Eduardo Mondlane	17/01/2017
Associação positiva de juventude (12 pessoas)		Bairro Samora Machel	20/01/2017

## **Anexo 2:**

### **Guião de Entrevista (semi – estruturada)**

#### **Grupo Focal**

**Nome do Entrevistado:**

**Local:**

**Data:**

**Hora de Inicio:**

**Hora de Terminio**

Nós estamos aqui para fazer um trabalho da Universidade Eduardo Mondlane (trabalho de conclusão do curso) sobre a terra baseado nas relações de género, ou seja, nas relações sociais e económicas entre homens e mulheres; constatamos que a mulher está a ser cada vez mais desfavorecida na questão da terra.

A nossa pesquisa cinge-se nos constrangimentos que as mulheres rurais enfrentam no acesso e controlo da terra; Temos como objectivos da pesquisa: identificar os constrangimentos, sejam eles legais, costumeiros culturais, num segundo momento perceber como é concedida a terra as mulheres do distrito de Marracuene, como as mulheres exercem sobre a terra adquirida - por exemplo se as mulheres têm DUAT. Por último queremos perceber a posição da mulher face a este cenário, se tem acesso ou não à terra, e não tendo nem acesso e nem controlo que estratégia busca para exercer os seus direitos.

Sendo assim fiquem a vontade, trata-se de um trabalho escolar, como referido inicialmente, não é um trabalho do governo nem do partido, é apenas uma conversa. De acordo com as regras os vossos nomes serão omissos.

1. Como acederam à terra em Marracuene:

- Através da família. Qual?

- Por herança. Como?

- Através do Governo Distrital.

- Outra forma

2. Podem falar um pouco sobre a terra no distrito Marracuene como é praticada a agricultura, o tipo de agricultura, se há associações de camponesas?
3. Quem pratica a agricultura mulher ou o homem? Quem pratica mais agricultura?
4. Qual é o Estado civil? casada? Eu tipo de união? (religiosa, lobolo, Registo Civil). Solteira, divorciada, abandonada, viúva?
5. Onde se encontra o marido?
6. Que tipo de família? Chefiada por Homem? Chefiada por Mulher?
7. Qual é o nível de escolaridade? Alfabetização, nível primário, secundário?
8. Vários estudos mostram que o analfabetismo faz-se sentir mais na mulher e que este factor é um entrave para o envolvimento da mulher no desenvolvimento do país. Será este o único factor? Quais os outros?
9. O governo tem traçado várias acções e programas para sobre igualdade de género. Têm conhecimento?
10. Qual é o critério de acesso a esses programas?
11. Será que esses programas e acções do governo se fazem sentir? Até que ponto tem ajudado para a igualdade de género no acesso a terra.
12. A lei mãe que é a Constituição da República reconhece os direitos dos homens e das mulheres no concernente a terra. Conhece a Constituição e a Lei de Terras? O que referem sobre o acesso da mulher à terra?
13. Que estratégia usa para fazer valer o seu direito?

*Obrigado pela atenção dispensada.*



### **Anexo 3:**

#### **Entrevista individual dirigida as instituições**

**Nome do Entrevistado:**

**Local:**

**Data:**

**Hora de Inicio:**

**Hora de Termino**

Nós estamos aqui para fazer um trabalho da Universidade Eduardo Mondlane (trabalho de conclusão do curso) sobre a terra baseado nas relações de género, ou seja, nas relações sociais e económicas entre homens e mulheres; constatamos que a mulher está a ser cada vez mais desfavorecida na questão da terra.

A nossa pesquisa cinge-se nos constrangimentos que as mulheres rurais enfrentam no acesso e controlo da terra; Temos como objectivos da pesquisa: identificar os constrangimentos, sejam eles legais, costumeiros culturais, num segundo momento perceber como é concedida a terra as mulheres do distrito de Marracuene, como as mulheres exercem sobre a terra adquirida - por exemplo se as mulheres têm DUAT. Por último queremos perceber a posição da mulher face a este cenário, se tem acesso ou não à terra, e não tendo nem acesso e nem controlo que estratégia busca para exercer os seus direitos.

1. Pode-me falar um bocado sobre os programas da UNAC/Fórum Mulher/FOMMUR. Se já visitou a comunidade de Nhongonhane no distrito de Marracuene?
2. De que forma a UNAC/Fórum Mulher/FOMMUR tem ajudado os agricultores?
3. Vários estudos mostram que as mulheres rurais são as que mais trabalham com a terra, mas os homens são os que tem o controlo da mesma, o que a UNAC/Fórum Mulher/FOMMUR tem feito para a melhoria dessa situação?
4. Vários estudos mostram que o baixo nível de escolaridade faz-se sentir mais na mulher e que este factor é um entrave para o envolvimento da mulher no desenvolvimento do país. Será este o único factor? Quais os outros?
5. Que estratégia usa para fazer valer o seu direito?

6. Quais os principais constrangimentos enfrentados no acesso à terra?
7. Quais constrangimentos enfrentam ao controlo à terra?
8. Quais os factores que contribuem para não melhoria da mulher no controlo de terra?
9. Que medidas são tomadas para que esta situação em que mulher tem dificuldades no acesso e controlo da terra melhore?

*Obrigado pela atenção dispensada.*